



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0083/2025

**LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITEM(NS) COM COTA(S)
RESERVADA(S) PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS**

INTERESSADO: Departamento de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posteriores alterações, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decretos Municipais nº 3.313/23 (Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VIdAthlu6lnKY7xsH0lRUBXkbsDBYdBt/view>) e 2.706/17 (Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1B1BHItA-iem4Mcp30D4LDwnfQT87ocUm/view>) em sua redação atual.

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e suplementos alimentares da Padronização Municipal e Portaria 1.555 de 30 de julho de 2013 para atender a demanda das Farmácias Municipais, conforme especificações e quantitativos contidos no presente edital e seus anexos.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

IMPORTANTE:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: A partir das 09:00 horas do dia 01/08/2025 até às 09:00 horas do dia 15/08/2025.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09:01 horas do dia 15/08/2025.

INÍCIO DA DISPUTA: Às 13:30 horas do dia 15/08/2025.

LOCAL: Bolsa de Licitações e Leilões – “BLLCOMPRAS”, através da página <https://bllcompras.com>.

NÚMERO DO PROCESSO LICITATÓRIO: FS000099/25

MAIORES INFORMAÇÕES: Departamento de Administração / Licitação da Prefeitura, situado à Rua Victor Meireles, nº 89 - Centro, Santa Rita do Passa Quatro – SP, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, pelo telefone (19) 3582-9008, ou através do e-mail dplicitasrpq@santaritadopassaquatro.sp.gov.br.



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ÍNDICE

1. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME.....	03
2. OBJETO	03
3. ITEM ORÇAMENTÁRIO E VALOR MÁXIMO ACEITO	03
4. AVISO E DIVULGAÇÃO DO EDITAL	03
5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL	03
6. DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO	04
7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	04
8. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BLL.....	05
9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO	06
10. PROPOSTA ELETRÔNICA	06
11. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO	07
12. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	11
13. FORMULAÇÃO DOS LANCES	12
14. MODO DE DISPUTA E DESCONEXÃO COM O PREGOEIRO.....	13
15. CRITÉRIOS DE DESEMPATE	14
16. NEGOCIAÇÃO, CONSULTA DE APENADOS, ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E CADASTRO RESERVA	14
17. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	15
18. INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZOS DOS RECURSOS	16
19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	16
20. CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	16
21. HIPÓTESES DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	18
22. CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA	19
23. RECEBIMENTO, VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO.....	19
24. PAGAMENTO	19
25. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	19
26. DISPOSIÇÕES FINAIS	20

ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	22
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA	25
ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	45
ANEXO IV - MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO	57
ANEXO V - MODELO DE INDICAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS.....	60
ANEXO VI - MODELO DE PROCURAÇÃO.....	61
ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	62
ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.....	63
ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE INEXISTE FATO IMPEDITIVO.....	64
ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO	65
ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS	66
ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS.....	67
ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	68
ANEXO XIV – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	69
ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS EM CONSÓRCIO	70





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

O Município de Santa Rita do Passa Quatro, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *INTERNET*, torna público, para conhecimento dos interessados, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Jurídica do Município, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como critério de julgamento o menor preço unitário, na forma abaixo:

1 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica, da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo PREGOEIRO auxiliado pela Equipe de Apoio, conforme designação na Portaria nº. 205/2025, e de acordo com as atribuições que constam no artigo 4º do Decreto Municipal nº 3.313/2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLLCOMPRAS” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões.

2 - OBJETO

2.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e suplementos alimentares da Padronização Municipal e Portaria 1.555 de 30 de julho de 2013 para atender a demanda das Farmácias Municipais, conforme especificações e quantitativos contidos no presente edital e seus anexos.

3 - ITEM ORÇAMENTÁRIO E VALOR MÁXIMO ACEITO

3.1. As despesas para execução do presente Pregão correrão por conta de Recursos Próprios, previamente empenhados neste exercício, sob os nºs. 020810-10.303.0119.2029-3.3.90.32 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (RECURSOS PRÓPRIOS) – Material, Bem Serv. Distri. Gratuita FR: 01 C.A: 300.000; 020810-10.303.0119.2029-3.3.90.32 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (PORTARIA 1.555 DE 30/07/2013) – Material, Bem Serv. Distri. Gratuita FR: 05 C.A: 300.012; 020810-10.303.0119.2029-3.3.90.32 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (DOSE CERTA) – Material, Bem Serv. Distri. Gratuita FR: 92 C.A: 300.035;

3.2. O valor máximo aceito para contratação do objeto da presente licitação, é o valor médio orçado, correspondente a **R\$ 3.724.320,20 (três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte reais e vinte centavos).**

4 – AVISO E DIVULGAÇÃO DO EDITAL

4.1. O aviso do EDITAL será publicado na Imprensa Oficial Eletrônico do Município, na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e em Jornal de Grande Circulação no Estado de São Paulo, e disponibilizado no sítio eletrônico do Município.

4.2. O Edital poderá ser consultado na íntegra por qualquer interessado, a partir da data informada no aviso acima, nos sítios eletrônicos: <https://bllcompras.com> e www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br e, acaso pertinente e operacionalmente possível, em atendimento à Lei 14.133/21, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5 – ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



- 5.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos deste edital, na forma do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2. As medidas referidas no item “5.1” deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, em campo próprio da BLL.
- 5.3. Caberá ao pregoeiro responder os pedidos de esclarecimentos e decidir sobre as impugnações, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada nos sítios eletrônicos oficiais: <https://bllcompras.com> e www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br.
- 5.5. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 5.6. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

6 - DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO

- 6.1. A PROPONENTE deverá observar as datas e horários previstos para a abertura da sessão pública, atentando-se também para a data e horário do início da disputa de preços, conforme disposto no preâmbulo deste edital.
- 6.2. Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o **horário de Brasília**, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.
- 7.2. Para a **Cota Reservada** somente poderão participar Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), que legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação, e que atendam às condições de credenciamento do presente edital, exceto nos casos de aplicação das excludentes previstas nos incisos II e III do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.
- 7.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.4. O LICITANTE deverá estar credenciado junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (**Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**), até no mínimo **uma hora** antes do horário fixado no preâmbulo para o recebimento das propostas.
- 7.5. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 7.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 7.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





- 7.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 7.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 7.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 7.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 7.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 7.5.8.** Instituições ou entidades sem fins lucrativos e do terceiro setor, consoante julgados TC 014884.989.19-5, TC-16248.989.20-4 e TC-16271.989.20-4, do TCESP.
- 7.5.9.** Empresas consorciadas, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

8 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BLL

- 8.1.** As pessoas jurídicas interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema “BLLCOMPRAS”.
- 8.2.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances sucessivos, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.
- 8.3.** A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado, por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões, devidamente justificada, ou por determinação legal.
- 8.4.** O credenciamento da PROPONENTE e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL ou da Administração Municipal por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.5.** Caberá a PROPONENTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o andamento do presente Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, devendo comunicar imediatamente à Bolsa de Licitações do Brasil – BLL qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.6.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame, os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a provedora do sistema, equivalentes aos percentuais estabelecidos pela mesma sobre o valor



contratual ajustado entre as partes (Licitante / BLL – Bolsa de Licitações e Leilões), a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.

8.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através do telefone (41) 3097-4600 - Curitiba-PR, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

9 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.1. A falsidade da declaração de que trata o item 9.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, que deverá ser inserida no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da solicitação do Pregoeiro via chat, na aba “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES”.

9.4. A critério da LICITANTE, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO poderão ser encaminhados concomitantemente com a PROPOSTA DE PREÇOS, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.5. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.6. Até a abertura da sessão, as PROPONENTES poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, se for o caso, anteriormente inseridos no sistema.

9.7. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.9. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o item 16.3.

10 – DA PROPOSTA ELETRÔNICA

10.1. A PROPOSTA ELETRÔNICA, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO II do edital – Termo de Referência, deverá conter:

10.1.1. Preço unitário e total;

10.1.2. Marca/fabricante;

10.1.3. Descrição detalhada do(s) item(s) objeto deste Pregão, que deve(m) ser firme(s) e precisa(s), sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por item;

10.2. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.



- 10.3.** A apresentação da proposta eletrônica implica na aceitação pelo licitante de que:
- 10.3.1.** Conhece e cumprirá os termos do Edital em todos os seus detalhamentos;
 - 10.3.2.** O(s) item(ns) cotado(s) atende(m) todas as especificações do Termo de Referência;
 - 10.3.3.** Responsabilizar-se-á pelo carregamento, transporte e entrega dos itens objeto do presente Pregão, que serão executados de acordo com as normas usuais de proteção, bem como se responsabilizará por qualquer dano causado a Prefeitura de Santa Rita do Passa Quatro ou a terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia da empresa ou seus empregados;
 - 10.3.4.** Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
 - 10.3.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública;
- 10.4.** Após a abertura da sessão, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente, sendo que só serão aceitos pedidos de desistência por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

11 – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

- 11.1.** Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos itens “11.14” ao “11.18”, em conformidade com o solicitado no edital.
- 11.2.** Constituem motivos para inabilitação do licitante:
- 11.2.1.** a apresentação de documentos com prazo de validade vencido, com exceção do previsto no item 11.7;
 - 11.2.2.** a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
 - 11.2.3.** a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos (matriz e filial), com exceção do previsto no item “11.5”.
 - 11.2.4.** o não cumprimento dos requisitos de habilitação.
- 11.3.** A inabilitação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do consórcio.
- 11.4.** Com exceção dos documentos relacionados nos subitens “11.14”, “11.15.1” e “11.15.2”, os demais documentos somente serão aceitos quando emitidos até 90 (noventa) dias anteriores à de sua expedição e a data limite para recebimento das propostas, desde que não contenham prazo de validade expresso.
- 11.5.** O licitante poderá apresentar documentos referentes à matriz (sede) e/ou filial (domicílio) da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretenda contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, excetos aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas.
- 11.6.** Em se tratando de Consórcio, a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá ser apresentada através de cada empresa que o compuser.
- 11.7.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais somente será exigida para efeito de contratação.



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



- 11.7.1.** As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista conforme solicitado no subitem 11.15, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 11.7.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 11.7.2.1.** O prazo previsto acima, poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.7.3.** A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido no item 11.7.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 11.8.** As provas de regularidade fiscal e trabalhista deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- 11.8.1.** Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- 11.9.** As empresas estrangeiras que não funcionem no país, que participarem desta licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 11.10.** No caso de Consórcio, os benefícios previstos no Decreto nº 8.538/2015, somente serão aplicados, se formado exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a soma das receitas brutas anuais não ultrapassem o limite previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 11.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 11.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 11.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 11.11.3.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



11.14 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

A documentação relativa à habilitação jurídica da empresa ou consórcio, cujo objeto social deverá ser compatível com o objeto licitado, consistirá em:

11.14.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.14.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.14.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.14.4. Em se tratando de sociedades comerciais: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.14.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.14.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

11.14.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.14.8. As empresas em Consórcio, além da documentação acima, deverão apresentar:

11.14.8.1. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados; com indicação da empresa líder, que deverá possuir amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação.

11.14.8.2. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

11.14.8.3. Os integrantes pelos atos praticados em consórcio, respondem solidariamente, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

11.15 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

A documentação relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista consistirá em:

11.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

11.15.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.15.3. Regularidade perante a Fazenda federal e estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



11.15.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

11.15.3.2. Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

11.15.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

11.15.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.15.6. Declaração que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, conforme modelo do Anexo VII;

11.15.7. Os documentos referidos no item 11.15 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

11.16 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

11.16.1. Certidão negativa de **falência e concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.17 – DECLARAÇÕES:

Para o cumprimento deste item, os licitantes deverão apresentar declaração formal, firmada por representante legal ou por procurador, munido de procuração hábil, de que:

11.17.1. Atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado), somente para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo, conforme modelo do Anexo VIII;

11.17.2. Inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme modelo do Anexo IX;

11.17.3. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme modelo do Anexo X;

11.17.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo do Anexo XI;

11.17.5. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo do Anexo XII;



11.17.6. Para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura da ata de registro de preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido, conforme modelo do Anexo XIII;

11.17.7. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura da ata de registro de preços deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas, conforme modelo do Anexo XIV;

11.17.8. Para o caso de empresas em consórcio: Declaração de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, conforme modelo do Anexo XV.

11.18. Na impossibilidade de verificação da autenticidade via internet, o Pregoeiro solicitará à empresa vencedora, os documentos de habilitação apresentados, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, pelo pregoeiro ou um dos membros da equipe de apoio, por publicação em órgão de imprensa oficial, por autenticação digital, ou ainda, extraído via internet, sujeitos à consulta, que deverão ser entregues na Prefeitura Municipal, aos cuidados da Licitação, na Rua Victor Meirelles, nº 89, centro, Santa Rita do Passa Quatro-SP, CEP: 13.670-000, **em até 3 (três) dias úteis**, a partir da mensagem **via “chat”** pelo Pregoeiro, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.18.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

11.18.2. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

12 - ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

12.2. Os representantes das PROPONENTES poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

12.3. A troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, ocorrerá em campo próprio do sistema.

12.4. O PREGOEIRO verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os PROPONENTES.

12.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo PREGOEIRO, e somente estas participarão da etapa de envio de lances.

12.7. O agente público designado para atuar como fiscal do contrato deverá analisar as propostas ofertadas pelas licitantes durante o processo de contratação, para que seja verificada a compatibilidade da proposta com as exigências definidas em edital, conforme inciso V do art. 5º do Decreto Municipal nº 3.313/23.



12.8. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública, para que seja promovida a análise das Propostas, estipulando novo horário e/ou data para início da disputa, que serão informados a todos os licitantes via sistema.

12.9. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- f) Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- g) Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas no item 10 do edital.

12.10. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

13 - FORMULAÇÃO DOS LANCES

13.1. Classificadas as propostas, o PREGOEIRO dará início à fase competitiva, quando então as PROPONENTES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

13.2. Os licitantes serão imediatamente informados do recebimento dos lances e do valor consignado no registro.

13.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

13.4. A PROPONENTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o valor de redução de um lance para outro de no mínimo **R\$ 0,001 (milésimo de centavo)** para os itens **1, 2, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 33, 34, 35, 39, 40, 43, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 64, 66, 68, 69, 72, 75, 76, 78, 80, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 100, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 120, 121, 126, 128, 129, 131, 132, 133** e suas respectivas cotas reservadas; **R\$ 0,01 (um centavo)** para os itens **16, 17, 30, 32, 36, 37, 41, 42, 44, 49, 65, 82, 84, 91, 103, 113, 116, 118, 122, 123, 125, 130, 135** e suas respectivas cotas reservadas; **R\$ 0,05 (cinco centavos)** para os itens **6, 9, 20, 26, 28, 29, 58, 63, 71, 73, 77, 79, 85, 94, 101, 107, 127, 134** e suas respectivas cotas reservadas; **R\$ 0,10 (dez centavos)** para os itens **3, 7, 13, 18, 38, 47, 48, 60, 62, 67, 70, 74, 81, 98, 99, 117, 119, 124** e suas respectivas cotas reservadas que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

13.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

13.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.7. Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do(s) item(ns), assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, de acordo com o previsto no Anexo II – Termo de Referência.

13.7.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.



13.7.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

13.8. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do Pregão ou, ainda, dar prosseguimento ao Pregão, negociando com o licitante, condicionado, em todas as hipóteses, a inexistência de prejuízos à Administração.

14 - MODO DE DISPUTA E DESCONEXÃO COM O PREGOEIRO

14.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, com prorrogações.

14.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 14.2, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 14.2 e 14.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 14.3, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, justificadamente.

14.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

14.7. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

14.8. No caso de desconexão do PREGOEIRO no decorrer da etapa de envio de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às PROPONENTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.9. Quando a desconexão do PREGOEIRO persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema da BLL e no site da Prefeitura.

15 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

15.1. Após a etapa de envio de lances, havendo propostas ou lances, de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

15.1.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.

15.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.3. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual



melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual que se encontrem no estabelecido no item 15.1, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.4. Os lances equivalentes apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

15.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.6. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

15.7. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

16 – NEGOCIAÇÃO, CONSULTA DE APENADOS, ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E CADASTRO RESERVA

16.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

16.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

16.1.2. Depois de concluída a negociação, o resultado será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

16.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais PROPONENTES.

16.2. Encerrada a negociação com o licitante, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, devendo também comparar os preços apresentados com os atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, e verificará a habilitação da PROPONENTE, conforme disposições do edital.

16.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado, a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de 02 (duas) horas, contadas da solicitação através do sistema.



16.4. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 12.9 letra “d” deste edital, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço que apresentar.

16.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a PROPONENTE não atender às exigências habilitatórias, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação da PROPONENTE, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o edital.

16.6. Será consultada a relação de apenados no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>), e ainda, no site do Ministério da Transparência - Controladoria Geral da União (<http://transparencia.gov.br>), bem como o site do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br>), para verificação se a(s) empresa(s) licitante(s), não está(ão) incurso(s) em nenhum dos impedimentos legais, para participação no presente Pregão.

16.7. O pregoeiro questionará ao segundo colocado se este aceita cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor para formação de cadastro reserva, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

16.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

16.9. Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, que será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

17 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

17.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os prazos para execução da ata de registro de preços e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e demais condições definidas neste edital.

17.2. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

17.3. O PREGOEIRO poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 17.3, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18 - INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZOS DOS RECURSOS

18.1. Após a declaração do(s) vencedor(es) e a regularização fiscal e trabalhista que trata o item 11.7.2, o proponente que desejar recorrer contra decisões do PREGOEIRO poderá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) minutos, através do seu representante, manifestando em campo próprio do sistema, sua intenção com registro da suas razões.

18.2. As razões de recurso deverão ser apresentadas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da intimação pelo Pregoeiro no sistema, ficando as demais PROPONENTES, intimadas para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões em igual prazo, contados da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



18.3. As razões e contrarrazões de recurso, deverão ser encaminhados em campo próprio da BLLCOMPRAS no prazo estipulado no item 18.2.

18.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 18.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro proporá a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.6. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

19 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o Pregoeiro encaminhará o processo licitatório devidamente instruído à autoridade competente e proporá a sua adjudicação e homologação.

19.2. A unidade de Controle Interno manifestará acerca da integridade, regularidade e legalidade em todos os processos licitatórios antes da respectiva homologação, conforme Decreto Municipal nº 3.313/2023.

20 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

20.1. Após a homologação, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar a ata de registro e o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da(s) convocação(ões) expedida(s) pelo Departamento de Administração / Licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

20.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado (1) uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

20.3. Caso o vencedor da licitação seja o Consórcio, o prazo previsto no item 20.1, será contado a partir da data de entrega do registro, que trata o item 20.9.9.

20.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro e/ou o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata/contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

20.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

20.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

20.6.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

20.6.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



20.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, conforme o caso.

20.8. A regra acima não se aplica aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 20.6.1.

20.9. Para assinatura do contrato, a(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos:

20.9.1. Procuração ou Contrato Social do representante que irá assinar o contrato;

20.9.2. Termo de Ciência e Notificação a ser emitido pela CONTRATANTE;

20.9.3. Comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda sua vigência.

20.9.4. Qualificação da pessoa física para assinar o contrato, contendo nome, cargo na empresa, CPF e e-mail institucional.

20.9.5. Apresentação dos seguintes documentos técnicos para contratação:

a) ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DA LICITANTE, expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, em vigência, conforme código sanitário e Leis complementares. No caso de renovação da documentação deverá ser apresentado o atual e o protocolo de renovação, não será aceito protocolo de licença inicial;

b) AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO COMUM (AFE) DA LICITANTE, expedida pelo Ministério da Saúde. Caso a Licitante seja Fabricante do medicamento cotado, este documento será substituído pelo respectivo certificado de Boas Práticas;

c) AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO (AE) para produtos constantes na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998);

d) COMPROVAÇÃO DE REGISTRO VIGENTE NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, para todos os itens, através de comprovante emitido pela ANVISA, através da Internet, demonstrando sua vigência ou de cópia autenticada de uma das formas a seguir:

- Publicação do Registro do Produto no D.O.U., demonstrando sua vigência;
ou

- Comprovante de Registro emitido pelo Ministério da Saúde, demonstrando sua vigência.

- Em todos os casos, se a validade estiver vencida, deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no “DOU” acompanhado do pedido de revalidação e formulários FP1 e FP2. Sendo que o pedido de revalidação deve estar datado do semestre anterior ao do vencimento.

- Em caso de produto dispensado da obrigatoriedade de registro, as empresas devem apresentar cópia do anexo X da RDC de nº 23/2000, a cópia da publicação no “DOU” relativa a isenção do registro, em vigência, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, quando for o caso.

e) CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA do estabelecimento emitido pelo Conselho Regional de Farmácia;



f) BULAS DOS MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, contendo a identificação da empresa titular do registro e do fabricante, quando este for distinto do detentor do registro para os itens ganhadores.

20.9.5.1. Os documentos técnicos para contratação deverão ser encaminhados no e-mail: farma.caic@santaritadopassaquatro.sp.gov.br

20.9.6. Somente no caso de o licitante vencedor ser estrangeiro: os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

20.9.7. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da adjudicatária, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

20.9.8. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

20.9.9. Somente no caso de empresas em consórcio: promover a constituição e o registro do consórcio, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, após declarado vencedor, nos termos do compromisso referido no item 11.18.8 do edital.

Nota 1: Os documentos solicitados no item “20.9.1” serão dispensados, se já constarem nos documentos de habilitação apresentados.

20.10. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

20.11. O instrumento de contrato PODE ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, observado o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21 - HIPÓTESES DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

21.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

21.1.1. Quando a(s) adjudicatária(s) se recusar a assinar a ata de registro de preços/contrato ou quando convocada à assinatura, dentro do prazo de validade de sua proposta, não atender a todas as condições para a celebração da contratação;

21.1.2. No caso de microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e/ou microempreendedor(es) individual(ais) declarado(s) vencedor(es) que não comprovar(em) a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;

21.1.3. Nas hipóteses de provimento de recurso que importe na invalidação dos atos precedentes à realização da sessão pública, ou em que seja anulada a própria sessão pública;

21.1.4. Deixar de apresentar os documentos de habilitação na forma e nos prazos estipulados nos itens 9.3 e/ou 11.22.

21.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



21.3. A divulgação do aviso de reabertura da sessão ocorrerá por publicação na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, e nos endereços eletrônicos www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br e <https://bllcompras.com>, e/ou ainda via e-mail.

22 - CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

22.1. As condições e local de entrega do objeto do presente Pregão serão conforme o estabelecido no contrato, cuja minuta constitui no anexo IV deste Edital.

23 - RECEBIMENTO, VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

23.1. O recebimento, vigência e o prazo de execução serão conforme condições estabelecidas no contrato, cuja minuta constitui no anexo IV deste Edital.

24 - PAGAMENTO

24.1. O pagamento será realizado conforme condições estabelecidas no contrato, cuja minuta constitui no anexo IV deste Edital.

25 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 25.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 25.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 25.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 25.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 25.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 25.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 25.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 25.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 25.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 25.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 25.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021:

- 25.2.1. Advertência,** quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 25.2.2. Multa,** aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas do item 8.1, de acordo com o Decreto Municipal nº 2.581/2015.
- 25.2.3. Impedimento de licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nos itens 25.1.2, 25.1.3, 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6 e 25.1.7 acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Santa Rita do Passa Quatro-SP, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;



25.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 25.1.8, 25.1.9, 25.1.10, 25.1.11 e 25.1.12 item acima deste Contrato, bem como nos itens 25.1.2, 25.1.3, 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6 e 25.1.7 acima deste Contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 25.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.3. As sanções previstas nos itens 25.2.1, 25.2.3 e 25.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 25.2.2.

25.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso.

25.5. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

25.6. Na aplicação da sanção prevista no item 25.2.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.7. A aplicação das sanções previstas itens 25.2.3 e 25.2.4 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos - CAILC, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

25.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

25.10. Eventuais infrações cometidas pela licitante durante o procedimento licitatório regido pelo edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2025 ou pela DETENTORA DA ATA durante a execução do presente Contrato serão apuradas pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos - CAILC, instituída pelo Decreto n.º 2.706, de 18 de abril de 2017.

25.11. As demais condições estão dispostas na Lei 14.133/2021.

25.12. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Diretor do Departamento interessado, ou pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

26 - DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidade entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público e dos contratos delas decorrentes.

26.2. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento observadas as disposições do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021.

26.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

26.4. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



- 26.5.** A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório, poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
- 26.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.7.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 26.8.** A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.
- 26.9.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.10.** Este Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente adjudicatária, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.
- 26.11.** É facultado ao Pregoeiro e a equipe de apoio, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 26.12.** Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação de regência e segundo os princípios gerais de direito.
- 26.13.** Será competente o Foro da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.
- 26.14.** O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
- 26.15.** É vedada à participação do órgão em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

Santa Rita do Passa Quatro, 30 de julho de 2025.

Marcelo Simão
Prefeito Municipal





ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Em atenção aos princípios da eficiência e economia que regem a Administração Pública, somando a transparência que deve nortear as despesas custeadas com orçamento público, é primordial que seja implementada a sistemática da realização de estudos preliminares para a aquisição de bens ou prestações de serviços, como forma de obter melhoria da qualidade dos gastos e conduzir uma gestão eficiente dos recursos públicos.

O presente **ESTUDO TÉCNICO** visa determinar a necessidade da **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES** para atender a demanda da Assistência Farmacêutica da **CENTRAL DE MEDICAMENTOS** em atendimento as necessidades básicas das Farmácias Municipais e Unidades Básicas de Saúde.

Constitui-se um dos elementos fundamentais para a efetiva implementação de ações e atendimentos emergenciais nas unidades de saúde, capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população do Município de Santa Rita do Passa Quatro.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente ETP refere-se a eventual aquisição, pelo prazo de 12 (doze) meses, de **MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES** visando o fornecimento necessário para a manutenção do atendimento das **FARMÁCIAS MUNICIPAIS**, bem como as ações realizadas pelas Unidades Básicas de Saúde e do Departamento Municipal de Saúde.

Em observância que a maioria das intervenções em saúde envolve o uso de medicamentos e que seu uso pode ser determinante, sua não aquisição acarretaria prejuízos e riscos da saúde dos pacientes atendidos.

Além do fato que que a lei n.º 8.080/90, em seu artigo 6º, estabelece como campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a “*formulação da política de medicamentos (...) de interesse para a saúde (...)*”, garantindo um direito fundamental do ser humano, a “*Saúde*”. Considerando que o seu propósito principal é o de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos materiais, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais.

Diante do exposto fica evidenciado que a contratação é de fundamental importância para garantir o adequado funcionamento da ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL na prestação de serviços ofertados a população. A contratação também é necessária para que se possa garantir um melhor planejamento de custos, com melhor otimização dos recursos financeiros.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC).

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos de contratação estão previstos no Termo de Referência.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As estimativas dos quantitativos dos medicamentos foram estipuladas de acordo com o histórico de consumo médio mensal do sistema RKM – ConectaSUS, e dos documentos que lhe dão suporte, acrescidas de 30% para o eventual aumento da demanda, insucesso de processo licitatório, substituição de medicamento em falta, entre outros.



A grade da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME é revisada anualmente seguindo os seguintes critérios:

- Consumo médio mensal dos últimos 12 meses;
- Perfil de atendimento e protocolos assistências.

O objetivo é promover um plano de suprimentos, tendo como propósitos fundamentais o de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do seu uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais, conforme determina a Política Nacional de Medicamentos regulamentada pela Portaria MS 3.916/98.

As estimativas bem como a relação dos medicamentos e quantitativos a serem adquiridos estão descritos no Anexo I do Termo de Referência.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Trata-se de itens usuais de mercado, sendo de ampla oferta, que demanda empresa especializada e registrada para fornecimento de MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES.

A estimativa do percentual de preço é baseada em pesquisas feitas junto as empresas autorizadas no ramo, de acordo com contratações similares efetuadas por outros órgãos públicos.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

As estimativas de preços encontram-se em ANEXO NO TERMO DE REFERENCIA e foram realizadas através de consulta no **Banco de Preços em Saúde – BPS**. O BPS é um sistema desenvolvido pelo Ministério da Saúde que se destina ao registro e à consulta de informações de compras de medicamentos e produtos para a saúde realizadas por instituições públicas e privadas.

A pesquisa de preços é do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e será processada em conformidade com o disposto na nova Lei de Licitações, nº 14.133, sancionada em 1º de abril de 2021.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os itens constantes no presente estudo são itens padronizados na grade geral, REMUME, dispensados pela CENTRAL DE MEDICAMENTOS “JOSÉ RUBENS PASCHOALIN” através de solicitações para as quatro unidades de Farmácias Municipais (Farmácia do CAIC, Farmácia Municipal “Geraldo Manarin”, Farmácia do PSF “Dulce Rodrigues de Campos” e Farmácia “Pedro Franco de Oliveira”) e previstos nos protocolos clínicos assistências das Unidades Básicas de Saúde.

A proposta para compra de medicamentos se deve pela necessidade de manter um estoque para uso, no período de 12 meses, conforme a demanda, contribuindo para a Assistência Farmacêutica Integral e visando a saúde do paciente atendido como prioridade.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O objeto da contratação trata da aquisição de MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, conforme necessidade, demanda da CENTRAL DE MEDICAMENTOS “JOSÉ RUBENS PASCHOALIN”, com isso, o parcelamento do objeto poderá ser aplicado.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento de insumos distribuídos pela CENTRAL



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



DE MEDICAMENTOS “JOSÉ RUBENS PASCHOALIN”, imprescindíveis para a realização do atendimento nas Farmácias Municipais e Unidades Básicas de Saúde.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Trata-se de melhorias no serviço de atendimento ao usuário do SUS em tratamento medicamentoso contínuo ou agudo.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro, através do Departamento Municipal de Saúde possui contrato com empresa especializada na prestação de serviços continuados de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE classificados como biológicos, potencialmente infectantes (grupo A, segundo classificação da RDC 306/ANVISA) e perfuro cortantes (grupo E, segundo classificação da RDC 306/ANVISA), sendo assim, os materiais a serem adquiridos potencialmente infectados e/ou contaminados, após o seu uso, receberão tratamento adequado, minimizando os riscos de contaminação ao meio ambiente.

12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando a análise desenvolvida no presente ETP, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de aquisição dos medicamentos e competitividade do mercado não sendo possível observar empecilhos ao prosseguimento da presente contratação. Além disso, os medicamentos, objeto do presente instrumento, são essenciais para o bom funcionamento das unidades a serem contempladas, ratificando a importância da efetivação da contratação pretendida.

A contratação destes medicamentos junto ao município de Santa Rita do Passa Quatro, será através de Pregão que atenderá as necessidades da administração. Portanto, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL além de NECESSÁRIA.

Santa Rita do Passa Quatro, 14 de março de 2025.

MARIELI BONETTI LOPES

Farmacêutica
Central de Medicamentos “José Rubens Paschoalin”

ANDREA DE CASSIA ESTEVAM DUARTE

Diretora do Departamento de Saúde



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1.** É objeto deste termo o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES** da **Padronização Municipal e Portaria 1.555 de 30 de julho de 2013** para atender a demanda das Farmácias Municipais, conforme condições, quantidades e exigências constantes deste e planilha abaixo:

COTA PRINCIPAL (LIVRE)

ITEM	QTD	Unid.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	19.500	CPR	ACICLOVIR 200MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 136			
2	112.500	CPS	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG CPS COTA RESERVADA DO ITEM 137			
3	1.500	FR	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG/5 ML XAROPE – FR 100ML COTA RESERVADA DO ITEM 138			
4	2.250	AMP	ÁGUA P/ INJEÇÃO DESTILADA AMP 10ML SOL INJETÁVEL, ESTÉRIL E APIROGÊNICA COTA RESERVADA DO ITEM 139			
5	4.500	CPR	ALBENDAZOL 400 MG CPR MASTIGÁVEL COTA RESERVADA DO ITEM 140			
6	2.250	FR	AMBROXOL PEDIÁTRICO 15MG/ML FR120 ML XAROPE COTA RESERVADA DO ITEM 141			
7	3.000	FR	AMBROXOL ADULTO 30MG/ML FR 120 ML XAROPE COTA RESERVADA DO ITEM 142			
8	210.000	CPR	AMITRIPTILINA 25 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 143			
9	1.500	FR	AMOXICILINA 250MG/5ML FR 150ML PO P/ SUSPENSÃO ORAL COTA RESERVADA DO ITEM 144			
10	60.000	CPS	AMOXICILINA 500MG /CÁPSULA - BLISTER COM 7 OU 21 CÁPSULAS COTA RESERVADA DO ITEM 145			
11	135.000	CPR	ANLODIPINO 5MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 146			
12	37.500	CPR	BETAISTINA 24MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 147			
13	1.125	FR	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI FR AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL COTA RESERVADA DO ITEM 148			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



14	60.000	CPR	CLORIDRATO BIPERIDENO 2 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 149			
15	45.000	CPR	BROMOPRIDA 10MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 150			
16	3.750	FR	BROMOPRIDA 4MG/ML SOL ORAL GOTAS - FR 20ML COTA RESERVADA DO ITEM 151			
17	150	AMP	BROMOPRIDA 5MG/ML AMP 2 ML INJETÁVEL COTA RESERVADA DO ITEM 152			
18	1.500	FR.	BUDESONIDA 50MCG SUSP. NASAL 200 DOSES COTA RESERVADA DO ITEM 153			
19	26.250	CPR	BUTILB. ESCOPOLAMINA 10MG +DIPIRONA SÓD. 250MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 154			
20	750	FR	BUTILB. ESCOPOLAMINA 6,67MG+DIPIR SÓD. 333,4MG FR 20ML GTS COTA RESERVADA DO ITEM 155			
21	60.000	CPR	CAPTOPRIL 25 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 156			
22	225.000	CPR	CARBAMAZEPINA 200MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 157			
23	60.000	CPR/CP S	CARBONATO DE CALCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE CALCIO ELEMENTAR) + VITAMINA D 400UI (COLECALCIFEROL) CPR/ CAPSULAS COTA RESERVADA DO ITEM 158			
24	30.000	CPR	CARBONATO DE LÍTIO 300MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 159			
25	33.750	CPR	CARVEDILOL 6,25MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 160			
26	3.750	FR/AM P	CEFTRIAXONA SÓDICA, CONCENTRAÇÃO: 1G, FORMA FARMACEUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA + DILUENTE COTA RESERVADA DO ITEM 161			
27	7.500	CPR	CETOCONAZOL 200MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 162			
28	1.125	BNG	CETOCONAZOL 20MG/G BNG 30G CREME DERMATOLÓGICO COTA RESERVADA DO ITEM 163			
29	1.125	FR	CEFALEXINA 250 MG/5 ML FR 60ML COTA RESERVADA DO ITEM 164			
30	37.500	CPR /CPS	CEFALEXINA 500MG CPR / CÁPSULA - BLISTER COM 7 OU 28 CPR/CÁPSULAS COTA RESERVADA DO ITEM 165			
31	30.000	CPR	CICLOBENZAPRINA 10 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 166			
32	30.000	CPR	CLORIDRATO CLOMIPRAMINA 25 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 167			
33	225.000	CPR	CLONAZEPAM 2 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 168			
34	15.000	CPR	CLORIDRATO CLORPROMAZINA 100 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 169			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



35	11.250	CPR	CLORIDRATO CLORPROMAZINA 25 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 170			
36	300.000	DR	CUMARINA 15 MG + TROXERRUTINA 90 MG DR COTA RESERVADA DO ITEM 171			
37	4.500	TB	DEXAMETASONA 1MG/G TB 10G COTA RESERVADA DO ITEM 172			
38	3.000	AMP	DEXAMETASONA+CIANOCOB+TIAMINA+PIRIDOX 5000 UI INJ. AMPOLA I (2ML) + AMPOLA II (1ML) COTA RESERVADA DO ITEM 173			
39	75.000	CPR	DIAZEPAM 10 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 174			
40	7.500	CPR	DIGOXINA 0,25 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 175			
41	300	AMP	DICLOFENACO SODICO 75MG/3ML SOL INJETAVEL COTA RESERVADA DO ITEM 176			
42	7.500	FR	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML FR 10ML COTA RESERVADA DO ITEM 177			
43	187.500	CPR	DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 178			
44	375	AMP	DIPIRONA SODICA 1G/2ML INJET AMP 2ML COTA RESERVADA DO ITEM 179			
45	187.500	CPR	DOMPERIDONA 10 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 180			
46	67.500	CPR	MALEATO ENALAPRIL 10 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 181			
47	2.250	SER	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4ML INJET. (SERINGA) COTA RESERVADA DO ITEM 182			
48	600	FR.AMP P	ESTRADIOL VALER. 5MG + NORETIST. ENAN. 50MG AMP/FR.AMP COTA RESERVADA DO ITEM 183			
49	1.125	BLISTE R	ETINILESTRADIOL 0,03MG + LEVONORGESTREL 0,15MG COM 21 COMP COTA RESERVADA DO ITEM 184			
50	45.000	CPR	FENITOINA 100 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 185			
51	41.250	CPR	FINASTERIDA 5 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 186			
52	67.500	CPR	FENOBARBITAL 100 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 187			
53	225.000	CPS	CLORIDRATO FLUOXETINA 20 MG CPS COTA RESERVADA DO ITEM 188			
54	60.000	CPR	FUROSEMIDA 40 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 189			
55	48.750	CPR	GLIBENCLAMIDA 5 MG CPR SULCADO COTA RESERVADA DO ITEM 190			
56	52.500	CPR	GLICLAZIDA 60MG CPR LIBERAÇÃO PROLONGADA COTA RESERVADA DO ITEM 191			
57	48.750	CPR	GINKGO BILOBA 80MG CPR			





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



			COTA RESERVADA DO ITEM 192			
58	375	FR	HALOPERIDOL 2MG/ML FR 20ML SOLUÇÃO ORAL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 193			
59	67.500	CPR	HALOPERIDOL 5 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 194			
60	750	AMP	DECANOATO HALOPERIDOL 50MG/ML AMPOLA 1ML SOL.INJETAVEL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 195			
61	75.000	CPR	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 196			
62	1.125	AMP	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML INJET. AMP 0,25ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 197			
63	1.350	FR	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 62MG/ML FR.150 ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 198			
64	97.500	CPR	IBUPROFENO 300MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 199			
65	1.125	FR	IBUPROFENO 50 MG/ML FR 20ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 200			
66	18.750	CPR	CLORIDRATO IMIPRAMINA 25 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 201			
67	2.250	FR	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE FR 120ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 202			
68	7.500	CPR	LEVOMEPROMAZINA 100MG CPR REVESTIDO			
			COTA RESERVADA DO ITEM 203			
69	26.250	CPR	LEVOMEPROMAZINA 25 MG CPR REVESTIDO			
			COTA RESERVADA DO ITEM 204			
70	225	FR	MALEATO LEVOMEPROMAZINA 4% FR 20ML GOTAS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 205			
71	450	FR	LIDOCAINA 20MG+ FLUOCINOLONA 0,25MG+ NEOMICINA3,5MG+ POLIMIXINA B 10.000UI FR 5 ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA			
			COTA RESERVADA DO ITEM 206			
72	97.500	CPR	LORATADINA 10 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 207			
73	1.500	FR	LORATADINA XAROPE 1MG/ML FR 100ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 208			
74	750	FR/AMP.	MEDROXIPROGESTERONA ACET. SUSP. INJ. 150 MG/1ML AMPOLA			
			COTA RESERVADA DO ITEM 209			
75	26.250	CPR	METILDOPA 250 MG CPR REVESTIDO			
			COTA RESERVADA DO ITEM 210			
76	30.000	CPR	METOCLOPRAMIDA 10 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 211			
77	225	BNG	METRONIDAZOL 100MG/G BISNAGA 50G GELÉIA VAGINAL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 212			
78	18.750	CPR	METRONIDAZOL 250 MG CPR REVESTIDO			
			COTA RESERVADA DO ITEM 213			
79	450	FR	METRONIDAZOL 40MG/ML FR 120ML			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



			COTA RESERVADA DO ITEM 214			
80	45.000	CPR	MESILATO DOXAZOSINA 2MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 215			
81	375	TB	MICONAZOL CREME VAGINAL 20MG/G TB 80G			
			COTA RESERVADA DO ITEM 216			
82	4.875	TB	NEOMICINA 5MG/G + BACITRACINA 250 UI/G TB10G			
			COTA RESERVADA DO ITEM 217			
83	15.000	CPR	NIFEDIPINO 20 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 218			
84	4.500	FR	NIMESULIDA 50 MG/ML FR15ML SUSPENSÃO ORAL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 219			
85	2.250	TB	NISTATINA 100.000 UI/4 G TB 60G CREME VAGINAL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 220			
86	26.250	CPS	NITROFURANTOÍNA 100 MG CPS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 221			
87	37.500	CPS	CLORIDRATO NORTRIPTILINA 25MG CPS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 222			
88	15.000	CPR/ DRÁGE A/ CÁPSU LA.	NORFLOXACINO 400 MG CPR/ DRÁGEA/ CÁPSULA; BLISTER COM 14 CPR/ DRÁGEA/ CÁPSULA.			
			COTA RESERVADA DO ITEM 223			
89	300.000	CPS	OMEPRAZOL 20 MG CPS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 224			
90	30.000	CPR	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG - CAPSULA/CPR/CPR ORODISPERSIVEL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 225			
91	3.000	FR	PARACETAMOL 200 MG/ ML GOTAS FR 15 ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 226			
92	48.750	CPR	PARACETAMOL 500 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 227			
93	60.000	CPR	PREDNISONA 20 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 228			
94	1.350	FR	PREDNISOLONA 3 MG/ML FR 60ML SOL. ORAL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 229			
95	60.000	CPR	CLORIDRATO PROMETAZINA 25 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 230			
96	45.000	CPR	CLORIDRATO PROPRANOLOL 40MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 231			
97	11.250	ENV	SAIS REIDRATAÇÃO ORAL ENVELOPE 27,9G			
			COTA RESERVADA DO ITEM 232			
98	1.875	FR	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS 30ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 233			
99	1.125	FR	SALBUTAMOL 100MCG/DOSE FR 200 DOSES AEROSSOL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 234			
100	337.500	CPR	SERTRALINA 50 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 235			
101	525	FR	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+ TRIMETROPIMA 40MG/5ML FR 100ML			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



			COTA RESERVADA DO ITEM 236			
102	15.000	CPR	SULFAMETOXAZOL 400MG+ TRIMETOPRIMA 80MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 237			
103	1.125	FR	SULFATO FERROSO 25 MG/ML FR 30 ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 238			
104	75.000	CPR	SULFATO FERROSO 40 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 239			
105	18.750	CPR	CLORIDRATO TIAMINA 300 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 240			
106	18.750	CPR	VARFARINA SODICA 5 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 241			
107	3.750	TB	VIT A 5000UI/G+VIT D 900UI/G+ÓX ZINCO 150MG/G TB 45G			
			COTA RESERVADA DO ITEM 242			
108	112.500	CPR	VITAMINAS COMPLEXO B CPR (B1, B2, B3, B5, B6, B12) CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 243			
109	22.500	CPD	VITAMINA C 500 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 244			
110	75.000	CPR	VITAMINA + SAIS MINERAIS CPR. - DEVE CONTER EM SUA FORMULAÇÃO: Vitamina C, Vitamina E, Zinco, Ácido pantotênico, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B1, Cobre, Vitamina A, Vitamina D3, Ácido fólico, Vitamina B12			
			COTA RESERVADA DO ITEM 245			
111	135.000	CPR	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 246			
112	30.000	CPD	ACIDO FOLICO 5 MG			
			COTA RESERVADA DO ITEM 247			
113	3.750	FR	ALBENDAZOL 40 MG FR 10 ML SUSPENSAO ORAL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 248			
114	37.500	CPR	ALOPURINOL 300 MG CPR.			
			COTA RESERVADA DO ITEM 249			
115	37.500	CPR	AMIODARONA 200 MG			
			COTA RESERVADA DO ITEM 250			
116	30.000	CPR / CPS	AMOXICILINA 500MG+CLAV. POTÁSSIO 125MG CPR/ CÁPSULA - BLISTER COM 7 OU 21 CÁPSULAS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 251			
117	1.500	FR	AMOXICILINA + CLAV POTASSIO 50MG/12,5 MG/ML FR 75 ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 252			
118	37.500	CPD	AZITROMICINA 500 MG			
			COTA RESERVADA DO ITEM 253			
119	1.875	FR	AZITROMICINA SUSP. ORAL 40 MG/ML FR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 254			
120	45.000	CPR	CARVEDILOL 25MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 255			
121	37.500	CPR	CIPROFLOXACINO 500 MG			
			COTA RESERVADA DO ITEM 256			
122	7.500	CPD	CLINDAMICINA 300 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 257			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



123	1.125	FR	CLORETO SÓDIO 0,9% + BENZALCONIO 0,1MG/ML SOL. NASAL FR 30ML COTA RESERVADA DO ITEM 258			
124	225	FR	CLORPROMAZINA 40 MG/ML FR 20ML SOL. ORAL COTA RESERVADA DO ITEM 259			
125	1.650	FR	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML FR 100ML COTA RESERVADA DO ITEM 260			
126	56.250	CPR	ESPIRONOLACTONA 25 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 261			
127	225	FR	FENOBARBITAL 40 MG/ML FR 20 ML COTA RESERVADA DO ITEM 262			
128	3.375	CPR	FLUCONAZOL 150 MG COTA RESERVADA DO ITEM 263			
129	1.500	CPR	IVERMECTINA 6 MG (COMPRIMIDO) COTA RESERVADA DO ITEM 264			
130	60.000	CPR	LEVODOPA 200MG+ BENSERAZIDA 50MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 265			
131	112.500	CPR	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 266			
132	112.500	CPR	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 267			
133	48.750	CPR	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 268			
134	750	FR	NISTATINA 100.000 UI/ML FR 50 ML SUSP. ORAL COTA RESERVADA DO ITEM 269			
135	975	FR	PERMETRINA LOÇÃO 1% FR 60ML COTA RESERVADA DO ITEM 270			

COTA RESERVADA (ME e EPP)

ITEM	QTD	Unid.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
136	6.500	CPR	ACICLOVIR 200MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 1			
137	37.500	CPS	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG CPS COTA RESERVADA DO ITEM 2			
138	500	FR	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG/5 ML XAROPE – FR 100ML COTA RESERVADA DO ITEM 3			
139	750	AMP	ÁGUA P/ INJEÇÃO DESTILADA AMP 10ML SOL INJETÁVEL, ESTÉRIL E APIROGÊNICA COTA RESERVADA DO ITEM 4			
140	1.500	CPR	ALBENDAZOL 400 MG CPR MASTIGÁVEL COTA RESERVADA DO ITEM 5			
141	750	FR	AMBROXOL PEDIÁTRICO 15MG/ML FR120 ML XAROPE COTA RESERVADA DO ITEM 6			
142	1.000	FR	AMBROXOL ADULTO 30MG/ML FR 120 ML XAROPE			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



			COTA RESERVADA DO ITEM 7			
143	70.000	CPR	AMITRIPTILINA 25 MG CPR REVESTIDO			
			COTA RESERVADA DO ITEM 8			
144	500	FR	AMOXICILINA 250MG/5ML FR 150ML PO P/ SUSPENSÃO ORAL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 9			
145	20.000	CPS	AMOXICILINA 500MG /CÁPSULA - BLISTER COM 7 OU 21 CÁPSULAS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 10			
146	45.000	CPR	ANLODIPINO 5MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 11			
147	12.500	CPR	BETAISTINA 24MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 12			
148	375	FR	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI FR AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 13			
149	20.000	CPR	CLORIDRATO BIPERIDENO 2 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 14			
150	15.000	CPR	BROMOPRIDA 10MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 15			
151	1.250	FR	BROMOPRIDA 4MG/ML SOL ORAL GOTAS - FR 20ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 16			
152	50	AMP	BROMOPRIDA 5MG/ML AMP 2 ML INJETÁVEL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 17			
153	500	FR.	BUDESONIDA 50MCG SUSP. NASAL 200 DOSES			
			COTA RESERVADA DO ITEM 18			
154	8.750	CPR	BUTILBR. ESCOPOLAMINA 10MG +DIPIRONA SÓD. 250MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 19			
155	250	FR	BUTILB. ESCOPOLAMINA 6,67MG+DIPIR SÓD. 333,4MG FR 20ML GTS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 20			
156	20.000	CPR	CAPTOPRIL 25 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 21			
157	75.000	CPR	CARBAMAZEPINA 200MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 22			
158	20.000	CPR/CP S	CARBONATO DE CALCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE CALCIO ELEMENTAR) + VITAMINA D 400UI (COLECALCIFEROL) CPR/ CAPSULAS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 23			
159	10.000	CPR	CARBONATO DE LÍTIO 300MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 24			
160	11.250	CPR	CARVEDILOL 6,25MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 25			
161	1.250	FR/AMP	CEFTRIAXONA SÓDICA, CONCENTRAÇÃO: 1G, FORMA FARMACEUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA + DILUENTE			
			COTA RESERVADA DO ITEM 26			
162	2.500	CPR	CETOCONAZOL 200MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 27			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



163	375	BNG	CETOCONAZOL 20MG/G BNG 30G CREME DERMATOLÓGICO COTA RESERVADA DO ITEM 28			
164	375	FR	CEFALEXINA 250 MG/5 ML FR 60ML COTA RESERVADA DO ITEM 29			
165	12.500	CPR /CPS	CEFALEXINA 500MG CPR / CÁPSULA - BLISTER COM 7 OU 28 CPR/CÁPSULAS COTA RESERVADA DO ITEM 30			
166	10.000	CPR	CICLOBENZAPRINA 10 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 31			
167	10.000	CPR	CLORIDRATO CLOMIPRAMINA 25 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 32			
168	75.000	CPR	CLONAZEPAM 2 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 33			
169	5.000	CPR	CLORIDRATO CLORPROMAZINA 100 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 34			
170	3.750	CPR	CLORIDRATO CLORPROMAZINA 25 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 35			
171	100.000	DR	CUMARINA 15 MG + TROXERRUTINA 90 MG DR COTA RESERVADA DO ITEM 36			
172	1.500	TB	DEXAMETASONA 1MG/G TB 10G COTA RESERVADA DO ITEM 37			
173	1.000	AMP	DEXAMETASONA+CIANOCOB+TIAMINA+PIRIDOX 5000 UI INJ. AMPOLA I (2ML) + AMPOLA II (1ML) COTA RESERVADA DO ITEM 38			
174	25.000	CPR	DIAZEPAM 10 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 39			
175	2.500	CPR	DIGOXINA 0,25 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 40			
176	100	AMP	DICLOFENACO SODICO 75MG/3ML SOL INJETAVEL COTA RESERVADA DO ITEM 41			
177	2.500	FR	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML FR 10ML COTA RESERVADA DO ITEM 42			
178	62.500	CPR	DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 43			
179	125	AMP	DIPIRONA SODICA 1G/2ML INJET AMP 2ML COTA RESERVADA DO ITEM 44			
180	62.500	CPR	DOMPERIDONA 10 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 45			
181	22.500	CPR	MALEATO ENALAPRIL 10 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 46			
182	750	SER	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4ML INJET. (SERINGA) COTA RESERVADA DO ITEM 47			
183	200	FR.AMP P	ESTRADIOL VALER. 5MG + NORETIST. ENAN. 50MG AMP/FR.AMP COTA RESERVADA DO ITEM 48			
184	375	BLISTE R	ETINILESTRADIOL 0,03MG + LEVONORGESTREL 0,15MG COM 21 COMP			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



			COTA RESERVADA DO ITEM 49			
185	15.000	CPR	FENITOINA 100 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 50			
186	13.750	CPR	FINASTERIDA 5 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 51			
187	22.500	CPR	FENOBARBITAL 100 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 52			
188	75.000	CPS	CLORIDRATO FLUOXETINA 20 MG CPS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 53			
189	20.000	CPR	FUROSEMIDA 40 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 54			
190	16.250	CPR	GLIBENCLAMIDA 5 MG CPR SULCADO			
			COTA RESERVADA DO ITEM 55			
191	17.500	CPR	GLICLAZIDA 60MG CPR LIBERAÇÃO PROLONGADA			
			COTA RESERVADA DO ITEM 56			
192	16.250	CPR	GINKGO BILOBA 80MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 57			
193	125	FR	HALOPERIDOL 2MG/ML FR 20ML SOLUÇÃO ORAL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 58			
194	22.500	CPR	HALOPERIDOL 5 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 59			
195	250	AMP	DECANOATO HALOPERIDOL 50MG/ML AMPOLA 1ML SOL.INJETAVEL			
			COTA RESERVADA DO ITEM 60			
196	25.000	CPR	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 61			
197	375	AMP	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML INJET. AMP 0,25ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 62			
198	450	FR	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 62MG/ML FR.150 ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 63			
199	32.500	CPR	IBUPROFENO 300MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 64			
200	375	FR	IBUPROFENO 50 MG/ML FR 20ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 65			
201	6.250	CPR	CLORIDRATO IMIPRAMINA 25 MG CPR			
			COTA RESERVADA DO ITEM 66			
202	750	FR	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE FR 120ML			
			COTA RESERVADA DO ITEM 67			
203	2.500	CPR	LEVOMEPROMAZINA 100MG CPR REVESTIDO			
			COTA RESERVADA DO ITEM 68			
204	8.750	CPR	LEVOMEPROMAZINA 25 MG CPR REVESTIDO			
			COTA RESERVADA DO ITEM 69			
205	75	FR	MALEATO LEVOMEPROMAZINA 4% FR 20ML GOTAS			
			COTA RESERVADA DO ITEM 70			
206	150	FR	LIDOCAINA 20MG+ FLUOCINOLONA 0,25MG+ NEOMICINA3,5MG+ POLIMIXINA B 10.000UI FR 5 ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA			
			COTA RESERVADA DO ITEM 71			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



207	32.500	CPR	LORATADINA 10 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 72			
208	500	FR	LORATADINA XAROPE 1MG/ML FR 100ML COTA RESERVADA DO ITEM 73			
209	250	FR/AM P.	MEDROXIPROGESTERONA ACET. SUSP. INJ. 150 MG/1ML AMPOLA COTA RESERVADA DO ITEM 74			
210	8.750	CPR	METILDOPA 250 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 75			
211	10.000	CPR	METOCLOPRAMIDA 10 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 76			
212	75	BNG	METRONIDAZOL 100MG/G BISNAGA 50G GELÉIA VAGINAL COTA RESERVADA DO ITEM 77			
213	6.250	CPR	METRONIDAZOL 250 MG CPR REVESTIDO COTA RESERVADA DO ITEM 78			
214	150	FR	METRONIDAZOL 40MG/ML FR 120ML COTA RESERVADA DO ITEM 79			
215	15.000	CPR	MESILATO DOXAZOSINA 2MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 80			
216	125	TB	MICONAZOL CREME VAGINAL 20MG/G TB 80G COTA RESERVADA DO ITEM 81			
217	1.625	TB	NEOMICINA 5MG/G + BACITRACINA 250 UI/G TB10G COTA RESERVADA DO ITEM 82			
218	5.000	CPR	NIFEDIPINO 20 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 83			
219	1.500	FR	NIMESULIDA 50 MG/ML FR15ML SUSPENSÃO ORAL COTA RESERVADA DO ITEM 84			
220	750	TB	NISTATINA 100.000 UI/4 G TB 60G CREME VAGINAL COTA RESERVADA DO ITEM 85			
221	8.750	CPS	NITROFURANTOÍNA 100 MG CPS COTA RESERVADA DO ITEM 86			
222	12.500	CPS	CLORIDRATO NORTRIPTILINA 25MG CPS COTA RESERVADA DO ITEM 87			
223	5.000	CPR/ DRÁGE A/ CÁPSU LA.	NORFLOXACINO 400 MG CPR/ DRÁGEA/ CÁPSULA; BLISTER COM 14 CPR/ DRÁGEA/ CÁPSULA. COTA RESERVADA DO ITEM 88			
224	100.000	CPS	OMEPRAZOL 20 MG CPS COTA RESERVADA DO ITEM 89			
225	10.000	CPR	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG - CAPSULA/CPR/CPR ORODISPERSIVEL COTA RESERVADA DO ITEM 90			
226	1.000	FR	PARACETAMOL 200 MG/ ML GOTAS FR 15 ML COTA RESERVADA DO ITEM 91			
227	16.250	CPR	PARACETAMOL 500 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 92			
228	20.000	CPR	PREDNISONA 20 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 93			





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



229	450	FR	PREDNISOLONA 3 MG/ML FR 60ML SOL. ORAL COTA RESERVADA DO ITEM 94			
230	20.000	CPR	CLORIDRATO PROMETAZINA 25 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 95			
231	15.000	CPR	CLORIDRATO PROPRANOLOL 40MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 96			
232	3.750	ENV	SAIS REIDRATAÇÃO ORAL ENVELOPE 27,9G COTA RESERVADA DO ITEM 97			
233	625	FR	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS 30ML COTA RESERVADA DO ITEM 98			
234	375	FR	SALBUTAMOL 100MCG/DOSE FR 200 DOSES AEROSSOL COTA RESERVADA DO ITEM 99			
235	112.500	CPR	SERTRALINA 50 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 100			
236	175	FR	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+ TRIMETROPIMA 40MG/5ML FR 100ML COTA RESERVADA DO ITEM 101			
237	5.000	CPR	SULFAMETOXAZOL 400MG+ TRIMETOPRIMA 80MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 102			
238	375	FR	SULFATO FERROSO 25 MG/ML FR 30 ML COTA RESERVADA DO ITEM 103			
239	25.000	CPR	SULFATO FERROSO 40 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 104			
240	6.250	CPR	CLORIDRATO TIAMINA 300 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 105			
241	6.250	CPR	VARFARINA SODICA 5 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 106			
242	1.250	TB	VIT A 5000UI/G+VIT D 900UI/G+ÓX ZINCO 150MG/G TB 45G COTA RESERVADA DO ITEM 107			
243	37.500	CPR	VITAMINAS COMPLEXO B CPR (B1, B2, B3, B5, B6, B12) CPR COTA RESERVADA DO ITEM 108			
244	7.500	CPD	VITAMINA C 500 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 109			
245	25.000	CPR	VITAMINA + SAIS MINERAIS CPR. - DEVE CONTER EM SUA FORMULAÇÃO: Vitamina C, Vitamina E, Zinco, Ácido pantotênico, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B1, Cobre, Vitamina A, Vitamina D3, Ácido fólico, Vitamina B12 COTA RESERVADA DO ITEM 110			
246	45.000	CPR	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 111			
247	10.000	CPD	ACIDO FOLICO 5 MG COTA RESERVADA DO ITEM 112			
248	1.250	FR	ALBENDAZOL 40 MG FR 10 ML SUSPENSAO ORAL COTA RESERVADA DO ITEM 113			
249	12.500	CPR	ALOPURINOL 300 MG CPR. COTA RESERVADA DO ITEM 114			
250	12.500	CPR	AMIODARONA 200 MG COTA RESERVADA DO ITEM 115			



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



251	10.000	CPR / CPS	AMOXICILINA 500MG+CLAV. POTÁSSIO 125MG CPR/ CÁPULA - BLISTER COM 7 OU 21 CÁPULAS COTA RESERVADA DO ITEM 116			
252	500	FR	AMOXICILINA + CLAV POTASSIO 50MG/12,5 MG/ML FR 75 ML COTA RESERVADA DO ITEM 117			
253	12.500	CPD	AZITROMICINA 500 MG COTA RESERVADA DO ITEM 118			
254	625	FR	AZITROMICINA SUSP. ORAL 40 MG/ML FR COTA RESERVADA DO ITEM 119			
255	15.000	CPR	CARVEDILOL 25MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 120			
256	12.500	CPR	CIPROFLOXACINO 500 MG COTA RESERVADA DO ITEM 121			
257	2.500	CPD	CLINDAMICINA 300 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 122			
258	375	FR	CLORETO SÓDIO 0,9% + BENZALCONIO 0,1MG/ML SOL. NASAL FR 30ML COTA RESERVADA DO ITEM 123			
259	75	FR	CLORPROMAZINA 40 MG/ML FR 20ML SOL. ORAL COTA RESERVADA DO ITEM 124			
260	550	FR	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML FR 100ML COTA RESERVADA DO ITEM 125			
261	18.750	CPR	ESPIRONOLACTONA 25 MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 126			
262	75	FR	FENOBARBITAL 40 MG/ML FR 20 ML COTA RESERVADA DO ITEM 127			
263	1.125	CPR	FLUCONAZOL 150 MG COTA RESERVADA DO ITEM 128			
264	500	CPR	IVERMECTINA 6 MG (COMPRIMIDO) COTA RESERVADA DO ITEM 129			
265	20.000	CPR	LEVODOPA 200MG+ BENSERAZIDA 50MG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 130			
266	37.500	CPR	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 131			
267	37.500	CPR	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 132			
268	16.250	CPR	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG CPR COTA RESERVADA DO ITEM 133			
269	250	FR	NISTATINA 100.000 UI/ML FR 50 ML SUSP. ORAL COTA RESERVADA DO ITEM 134			
270	325	FR	PERMETRINA LOÇÃO 1% FR 60ML COTA RESERVADA DO ITEM 135			

OBSERVAÇÃO: Conforme RDC nº 58 de 10 de outubro de 2014, em seu artigo 2º, é possível a intercambialidade do medicamento similar pelo de referência cujos

37



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



estudos de equivalência farmacêutica, biodisponibilidade relativa/ bioequivalência tenham sido apresentados, analisados e aprovados pela ANVISA. Está publicado no sítio eletrônico da ANVISA a relação dos medicamentos similares indicando os medicamentos de referência com os quais são intercambiáveis, e segundo o Art. 3º, a informação a respeito da intercambialidade a que se refere o art. 2º constará na bula do medicamento similar.

A lista dos medicamentos similares intercambiáveis consta na página eletrônica: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/similares>.

Portanto, se forem seguidos os critérios estabelecidos em legislação, poderão ser aceitos na proposta os MEDICAMENTOS SIMILARES EQUIVALENTES.

- 1.2. A referida contratação enquadra-se na categoria de serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, possibilitando o julgamento objetivo pelo menor preço.

2. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição dos itens propostos neste TR é necessária para a manutenção das atividades terapêuticas diárias desenvolvidas pelas farmácias municipais, garantindo uma Assistência Farmacêutica integral aos pacientes assistidos. A Assistência Farmacêutica trata-se de um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial, visando o seu acesso e uso racional.

2.2 A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ao fato de este sistema ser um procedimento licitatório galgado aos princípios da eficiência e da economicidade resultando em vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1 - Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc. **OS MEDICAMENTOS SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DA PREFEITURA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

3.2 – O prazo de entrega dos medicamentos será de **NO MÁXIMO 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS** contados a partir do recebimento da “Ordem de Fornecimento” pelo Setor de Compras da Prefeitura, no seguinte endereço: **CENTRAL DE MEDICAMENTOS “JOSÉ RUBENS PASCHOALIN”/ ALMOXARIFADO DA FARMÁCIA DO CAIC**, situada na Rua Faustino Moura, nº130, Jardim Boa Vista I, Santa Rita do Passa Quatro/SP, de **SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DAS 07:00 ÀS 15:00 HORAS.**





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



3.3 - Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, no prazo de 5 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado.

3.4 - Os medicamentos serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 5 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado.

3.5 - Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei.

3.7 - Os medicamentos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma que não sejam danificados durante o processo de entrega. O acondicionamento e transporte dos medicamentos devem ser feitos dentro do preconizado para estes produtos e devidamente protegido do pó e variações de temperatura e demais especificações estabelecidas na Portaria do Ministério da Saúde nº 802 de 08/10/1998 e RDC nº 16, de 01/04/2014.

3.8 - No caso de medicamentos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a sua integridade. Nesses devem-se utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.8 - Serão recusados os medicamentos com embalagens danificadas, devendo eles serem substituídos pela fornecedora, no prazo concedido pelo Departamento Municipal de Saúde.

3.9 - **O PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS NÃO DEVERÁ SER INFERIOR A 75% DA SUA VALIDADE**, a contar da data da entrega do produto (por exemplo, se o medicamento possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses), para que o item tenha tempo hábil de ser utilizado dentro do prazo de validade sem que haja prejuízo à administração pública por perda de itens em decorrência de sua vida útil, visto que são adquiridos e armazenados pela Unidade e distribuídos conforme a demanda.

CASO A VALIDADE SEJA INFERIOR AO QUE ESTÁ AQUI ESTABELECIDO, A EMPRESA DEVERÁ SE COMPROMETER FORMALMENTE, POR MEIO DE CARTA DE COMPROMETIMENTO DE TROCA, A EFETUAR A TROCA DOS INSUMOS QUE VENHAM TER A SUA VALIDADE EXPIRADA, SEM QUALQUER ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO, DESDE QUE AUTORIZADO PELA CONTRATANTE.

3.10 - Para que haja um maior controle sobre os prazos de validades dos medicamentos, a sua data deve constar na respectiva Nota Fiscal, com designação do número do lote.

3.12 - As despesas de entrega dos medicamentos correrão por conta da empresa contratada.



4. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

4.1 - Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados a critério da Administração;

4.6 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.7 - Manter durante a execução da detentora da ata as condições de habilitações e de qualificação que ensejaram sua contratação;

4.8 - A DETENTORA DA ATA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela MUNICIPALIDADE;

4.9 - A inadimplência da DETENTORA DA ATA em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

4.10 - Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro.

4.11 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5. OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE

5.1 - Notificar a DETENTORA DA ATA, por escrito, sobre qualquer problema que venha a ocorrer com os produtos entregues e estabelecer prazo para a sua substituição;



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



5.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela DETENTORA DA ATA, de acordo com as cláusulas desta Ata de Registro de Preços e os termos de sua proposta;

5.3 - Notificar previamente a detentora da ata em caso de aplicação de penalidades;

5.4 - A municipalidade não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA DA ATA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA DA ATA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5.5 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, na forma prevista no artigo 117, da Lei Federal n. 14133/21;

5.6 - Proporcionar todas as condições para que a DETENTORA DA ATA possa cumprir o objeto do presente edital de acordo com as determinações da Ata, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

5.7 - Pagar à DETENTORA DA ATA o valor resultante da aquisição de acordo com a Ordem de Fornecimento, na forma estipulada na Ata;

5.8 - Zelar para que durante toda a vigência da ata sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na licitação;

5.9 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

5.10.1 - A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

5.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA DA ATA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA DA ATA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1 O valor estimado para a contratação pretendida será apurado pelo Setor de Compras desta Prefeitura, mediante pesquisa de preços a ser realizada na forma da lei e de acordo com jurisprudência pertinente do TCU e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



7.2 Os preços serão fixos e não reajustáveis nos termos da legislação em vigor no prazo de um ano da data do orçamento estimado.

8 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas com a aquisição ocorrerão por conta de recursos da **Portaria 1.555 de 30 de julho de 2013** (subfunção: 303 - vínculo: 300.012), **Dose Certa** (subfunção: 303 - vínculo: 300.035) e **Recursos Próprios** especificados no orçamento vigente (subfunção: 303 -vínculo: 300.000).

9. PRAZO DE PAGAMENTO

9.1 - A Administração providenciará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após o aceite, pelo Departamento Municipal de Saúde, da Nota Fiscal emitida pela empresa contratada.

9.2 - Nenhum pagamento isentará a empresa contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

10 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 - A execução da ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora Marieli Bonetti Lopes ou seu preposto, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 - O fiscal da ata de registro de preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.3 - O fiscal da ata de registro de preços informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.4 - O fiscal da ata de registro de preços será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10.5 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora da ata, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.6 - Fica designada Gestora do Contrato, a diretora do Departamento de Saúde, Andrea de Cássia Estevam Duarte.

11. APRESENTAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA CONTRATAÇÃO:



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



- a) **ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DA LICITANTE**, expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, em vigência, conforme código sanitário e Leis complementares. No caso de renovação da documentação deverá ser apresentado o atual e o protocolo de renovação, não será aceito protocolo de licença inicial;
- b) **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO COMUM (AFE) DA LICITANTE**, expedida pelo Ministério da Saúde. Caso a Licitante seja Fabricante do medicamento cotado, este documento será substituído pelo respectivo certificado de Boas Práticas;
- c) **AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO (AE)** para produtos constantes na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998);
- d) **COMPROVAÇÃO DE REGISTRO VIGENTE NO MINISTÉRIO DA SAÚDE**, para todos os itens, através de comprovante emitido pela ANVISA, através da Internet, demonstrando sua vigência ou de cópia autenticada de uma das formas a seguir:
 - ✓ Publicação do Registro do Produto no D.O.U., demonstrando sua vigência; ou
 - ✓ Comprovante de Registro emitido pelo Ministério da Saúde, demonstrando sua vigência.
 - ✓ Em todos os casos, se a validade estiver vencida, deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no “DOU” acompanhado do pedido de revalidação e formulários FP1 e FP2. Sendo que o pedido de revalidação deve estar datado do semestre anterior ao do vencimento.
 - ✓ Em caso de produto dispensado da obrigatoriedade de registro, as empresas devem apresentar cópia do anexo X da RDC de nº 23/2000, a cópia da publicação no “DOU” relativa a isenção do registro, em vigência, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, quando for o caso.
- e) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA** do estabelecimento emitido pelo Conselho Regional de Farmácia;
- f) **BULAS DOS MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**, contendo a identificação da empresa titular do registro e do fabricante, quando este for distinto do detentor do registro para os itens ganhadores.

A apresentação dos documentos de contratação em desacordo com o previsto neste edital inabilitará a proponente e poderá ser aplicada penalidade de acordo com o estabelecido pela autoridade competente.

Os documentos técnicos para contratação deverão ser encaminhados no e-mail: farma.caic@santaritadopassaquatro.sp.gov.br

12. PENALIDADES

12.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no termo de referência;

12.2 - Eventuais infrações cometidas pela licitante durante o procedimento licitatório regido por este termo de referência ou pela DETENTORA DA ATA durante sua execução serão apuradas





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos - CAILC, instituída pelo Decreto n.º 2.706, de 18 de abril de 2017;

12.3 - As demais condições estão dispostas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021;

12.4 - Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima competente;

Santa Rita do Passa Quatro, 14 de março de 2025

MARIELI BONETTI LOPES

Farmacêutica
Central de Medicamentos “José Rubens Paschoalin”

ANDREA DE CASSIA ESTEVAM DUARTE

Diretora do Departamento de Saúde





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 0083/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Unitário.

MUNICIPALIDADE: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro – SP.

DETENTORA DA ATA: *****

Aos ** dias do mês de ***** de 2025, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO, situado na Rua Victor Meirelles nº. 89, cidade de Santa Rita do Passa Quatro, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF. nº. 45.749.819/0001-94, doravante denominada simplesmente MUNICIPALIDADE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. Marcelo Simão, portador do RG 11.018.410-5 e CPF sob nº. 026.365.698-55, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo, e, de outro, a firma ***** (em recuperação judicial/extrajudicial, quando for o caso), com sede na Rua ***** , inscrita no CNPJ/MF nº. ***** , doravante denominada simplesmente DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu (nome, função, RG, CPF, do representante legal da empresa), considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 041/2025, Processo Administrativo nº 0083/2025, RESOLVEM registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
OBJETO

O objeto desta ATA é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e suplementos alimentares da Padronização Municipal e Portaria 1.555 de 30 de julho de 2013 para atender a demanda das Farmácias Municipais, conforme especificações contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 041/2025 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA
DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA

Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização dos serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta ATA o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO e seus anexos, constantes do Processo nº. 0083/2025 e em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da DETENTORA DA ATA.

CLÁUSULA TERCEIRA
ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta ata de registro de preços será entregue em perfeitas condições de uso, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência deste, sem qualquer despesa adicional.

45



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



- § 1º. O objeto da presente Ata será recebido:
- I - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do término da execução, pela DETENTORA DA ATA;
 - II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, salvo casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital ou na Ata
- § 2º. No recebimento e aceitação do objeto desta Ata serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 41 do Decreto Municipal nº. 3.313/2023 e suas alterações.
- § 3º. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei.
- § 4º. No recebimento e aceitação do objeto desta ata serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 140, da Lei Federal n. 14133/21. O servidor municipal, responsável pelo recebimento e inspeção do objeto, após o seu recebimento definitivo, encaminhará a nota fiscal para o setor de contabilidade.
- § 5º. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com as especificações e condições previstas no Termo de Referência, no edital e em seus anexos.
- § 6º. Serão recusados os produtos com embalagens danificadas, devendo eles serem substituídos pela fornecedora, no prazo concedido pelo Departamento Municipal de Saúde.
- § 7º. Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesta Ata, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- § 8º. Serão recusados os produtos com embalagens danificadas, devendo eles serem substituídos pela fornecedora, no prazo concedido pelo Departamento Municipal de Saúde.
- § 9º. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei.
- § 10º. Os medicamentos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma que não sejam danificados durante o processo de entrega. O acondicionamento e transporte dos medicamentos devem ser feitos dentro do preconizado para estes produtos e devidamente protegido do pó e variações de temperatura e demais especificações estabelecidas na Portaria do Ministério da Saúde nº 802 de 08/10/1998 e RDC nº 16, de 01/04/2014.
- § 11º. No caso de medicamentos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a sua integridade. Nesses devem-se utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.
- § 12º. Serão recusados os medicamentos com embalagens danificadas, devendo eles serem substituídos pela fornecedora, no prazo concedido pelo Departamento Municipal de Saúde.
- § 13º. O PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS NÃO DEVERÁ SER INFERIOR A 75% DA SUA VALIDADE,** a contar da data da entrega do produto (por exemplo, se o medicamento possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses), para que o item tenha tempo hábil de ser utilizado dentro do prazo de validade sem que haja prejuízo à administração pública por perda de itens em decorrência de sua vida útil, visto que são adquiridos e armazenados pela Unidade e distribuídos conforme a demanda. CASO A VALIDADE SEJA INFERIOR



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



AO QUE ESTÁ AQUI ESTABELECIDO, A EMPRESA DEVERÁ SE COMPROMETER FORMALMENTE, POR MEIO DE CARTA DE COMPROMETIMENTO DE TROCA, A EFETUAR A TROCA DOS INSUMOS QUE VENHAM TER A SUA VALIDADE EXPIRADA, SEM QUALQUER ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO, DESDE QUE AUTORIZADO PELA CONTRATANTE.

§ 14º. Para que haja um maior controle sobre os prazos de validades dos medicamentos, a sua data deve constar na respectiva Nota Fiscal, com designação do número do lote.

§ 15º. As despesas de entrega dos medicamentos correrão por conta da empresa contratada.

CLÁUSULA QUARTA
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para execução da presente Ata correrão por conta de Recursos Próprios, previamente empenhados neste exercício, sob os nºs. 020810-10.303.0119.2029-3.3.90.32 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (RECURSOS PRÓPRIOS) – Material, Bem Serv. Distri. Gratuita FR: 01 C.A: 300.000; 020810-10.303.0119.2029-3.3.90.32 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (PORTARIA 1.555 DE 30/07/2013) – Material, Bem Serv. Distri. Gratuita FR: 05 C.A: 300.012; 020810-10.303.0119.2029-3.3.90.32 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (DOSE CERTA) – Material, Bem Serv. Distri. Gratuita FR: 92 C.A: 300.035;

CLÁUSULA QUINTA
PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades do item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição dos Itens	Valor Unit.	Valor Total

§ 1º. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

§ 2º. Para que seja efetuado o pagamento, bem como para o recebimento dos itens objeto deste Pregão, a administração pública valer-se-á da aprovação do departamento solicitante, responsável pelo atesto do item.

§ 3º. A DETENTORA DA ATA apresentará ao servidor do departamento solicitante, nota fiscal referente à entrega efetuada.

a) A nota deverá ser entregue juntamente com o(s) item(ns) objeto(s) do pedido, contendo:

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2025.

- Processo nº. 0083/2025.

- data da emissão;

- estar endereçada à Prefeitura Municipal da Estância Climática de Santa Rita do Passa Quatro – SP, situada à Rua Vitor Meirelles, 89, sob o CNPJ nº 45.749.819/0001-94;





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



c) Fica reservado ao Departamento responsável o direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, bem como efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo à MUNICIPALIDADE, que correrá por conta da DETENTORA DA ATA, que se obriga a suportá-la prestando todos os esclarecimentos necessários.

d) A liberação do pagamento ficará condicionada à aprovação da nota fiscal.

§ 4º. A Administração providenciará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após o aceite, pelo Departamento Municipal de Saúde, da Nota Fiscal emitida pela empresa contratada.

§ 5º. A nota não aprovada será devolvida à DETENTORA DA ATA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item acima, a partir da data de sua reapresentação.

§ 6º. A devolução da nota não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que se suspenda a entrega dos itens objeto da presente Ata.

§ 7º. Nenhum pagamento isentará a DETENTORA DA ATA das responsabilidades assumidas na forma desta Ata, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos itens entregues.

§ 8º. Não será iniciada a contagem de prazo para pagamento, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

§ 9º. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na municipalidade, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

§ 10º. Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização desta documentação.

§ 11º. Em caso de irregularidade(s) no(s) item(ns) entregue(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização(ões).

§ 12º. Depois de transcorrido o prazo para pagamento, o mesmo será efetivado pela Tesouraria da DETENTORA DA ATA, através de depósito em conta bancária a ser informada pela DETENTORA DA ATA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

§ 13º. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a DETENTORA DA ATA dará à DETENTORA DA ATA plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

§ 14º. Todo pagamento que vier a ser considerado indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da DETENTORA DA ATA.

§ 15º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, deste que a DETENTORA DA ATA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



N = Número de dias, entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

§ 16º. No caso de a DETENTORA DA ATA estar em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

§ 17º. No caso de a DETENTORA DA ATA estar em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

§ 18º. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

CLÁUSULA SEXTA

PRAZO DE EXECUÇÃO, LOCAL E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A presente ATA de Registro de Preços terá **validade de 1 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

§ 1º. Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc. OS MEDICAMENTOS SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DA PREFEITURA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

§ 1º. O prazo de entrega dos medicamentos será de NO MÁXIMO 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS contados a partir do recebimento da “Ordem de Fornecimento” pelo Setor de Compras da Prefeitura, no seguinte endereço: CENTRAL DE MEDICAMENTOS “JOSÉ RUBENS PASCHOALIN”/ ALMOXARIFADO DA FARMÁCIA DO CAIC, situada na Rua Faustino Moura, nº130, Jardim Boa Vista I, Santa Rita do Passa Quatro/SP, de SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DAS 07:00 ÀS 15:00 HORAS.

CLÁUSULA SÉTIMA

OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

São Obrigações da DETENTORA DA ATA:

§ 1º. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

§ 2º. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

§ 3º. - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

§ 4º. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



§ 5º. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

§ 6º. Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, informando a municipalidade a respeito de eventual ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

§ 7º. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

§ 8º. Sempre que solicitado pela MUNICIPALIDADE, a DETENTORA DA ATA deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

§ 10º. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados a critério da Administração;

§ 11º. A DETENTORA DA ATA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela MUNICIPALIDADE;

§ 12º. Somente a DETENTOR DA ATA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata;

§ 13º. A inadimplência da DETENTORA DA ATA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

§ 14º. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata;

§ 15º. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

§ 16º. A inadimplência da DETENTORA DA ATA em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

§ 17º. A DETENTORA DA ATA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela MUNICIPALIDADE e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à MUNICIPALIDADE.

CLÁUSULA OITAVA
OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE

A MUNICIPALIDADE obriga-se:

§ 1º. Notificar a DETENTORA DA ATA, por escrito, sobre qualquer problema que venha a ocorrer com os produtos entregues e estabelecer prazo para a sua substituição;



- § 2º. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela DETENTORA DA ATA, de acordo com as cláusulas desta Ata de Registro de Preços e os termos de sua proposta;
- § 3º. Notificar previamente a DETENTORA DA ATA em caso de aplicação de penalidades;
- § 4º. A municipalidade não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA DA ATA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA DA ATA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- § 5º. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, na forma prevista no artigo 117, da Lei Federal n. 14133/21;
- § 6º. Proporcionar todas as condições para que a DETENTORA DA ATA possa cumprir o objeto do presente edital de acordo com as determinações da Ata, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- § 7º. Pagar à DETENTORA DA ATA o valor resultante da aquisição de acordo com a Ordem de Fornecimento, na forma estipulada na Ata;
- § 8º. Zelar para que durante toda a vigência da ata sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na licitação;
- § 9º. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- § 10º. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- § 11º. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- § 12º. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo DETENTORA DA ATA no prazo máximo de 1 (um) mês.

CLÁUSULA NONA

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I** – descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - II** – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - III** – não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - IV** – sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- § 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho fundamentado.
- § 2º. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a MUNICIPALIDADE poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



§ 3º. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I – por razão de interesse público; ou

II – a pedido do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA
PENALIDADES**

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 041/2025.

§ 1º. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

§ 2º. Eventuais infrações cometidas pela licitante durante o procedimento licitatório regido pelo edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2025 ou pela DETENTORA DA ATA durante a execução da presente Ata serão apuradas pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos - CAILC, instituída pelo Decreto n.º 2.706, de 18 de abril de 2017.

§ 3º. As demais condições estão dispostas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

§ 4º. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Diretor do Departamento interessado, ou pela autoridade máxima do órgão.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
MODELO DE GESTÃO**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidor(es) designado(s) através de Termo de Indicação de Gestores e Fiscais de Contratos (Anexo V) por representante do departamento solicitante, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos.

§ 1º. 10.2 - O fiscal da ata de registro de preços anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º. O fiscal da ata de registro de preços informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º. O fiscal da ata de registro de preços será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§ 4º. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora da ata, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

§ 5º. As demais condições contratuais encontram-se presentes no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DISPOSIÇÕES GERAIS**





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital do Pregão Eletrônico nº 041/2025 e seus anexos, em especial o Termo de Referência.

§ 1º. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a obtenção do objeto pretendido, desde que devidamente motivada.

§ 2º. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

§ 3º. Apresentou para assinatura do contrato os seguintes documentos:

- a) Procuração ou Contrato Social do representante que irá assinar o contrato;
- b) Termo de Ciência e Notificação a ser emitido pela CONTRATANTE;
- c) Comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda sua vigência.
- d) Qualificação da pessoa física para assinar o contrato, contendo nome, cargo na empresa, CPF e e-mail institucional.
- e) Apresentação dos seguintes documentos técnicos para contratação:
 - e1) ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DA LICITANTE, expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, em vigência, conforme código sanitário e Leis complementares. No caso de renovação da documentação deverá ser apresentado o atual e o protocolo de renovação, não será aceito protocolo de licença inicial;
 - e2) AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO COMUM (AFE) DA LICITANTE, expedida pelo Ministério da Saúde. Caso a Licitante seja Fabricante do medicamento cotado, este documento será substituído pelo respectivo certificado de Boas Práticas;
 - e3) AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO (AE) para produtos constantes na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998);
 - e4) COMPROVAÇÃO DE REGISTRO VIGENTE NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, para todos os itens, através de comprovante emitido pela ANVISA, através da Internet, demonstrando sua vigência ou de cópia autenticada de uma das formas a seguir:
 - Publicação do Registro do Produto no D.O.U., demonstrando sua vigência; ou
 - Comprovante de Registro emitido pelo Ministério da Saúde, demonstrando sua vigência.
 - Em todos os casos, se a validade estiver vencida, deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no “DOU” acompanhado do pedido de revalidação e formulários FP1 e FP2. Sendo que o pedido de revalidação deve estar datado do semestre anterior ao do vencimento.
 - Em caso de produto dispensado da obrigatoriedade de registro, as empresas devem apresentar cópia do anexo X da RDC de nº 23/2000, a cópia da publicação no “DOU” relativa a isenção do registro, em vigência, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, quando for o caso.
 - e5) CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA do estabelecimento emitido pelo Conselho Regional de Farmácia;



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



e6) BULAS DOS MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, contendo a identificação da empresa titular do registro e do fabricante, quando este for distinto do detentor do registro para os itens ganhadores.

e7 Os documentos técnicos para contratação deverão ser encaminhados no e-mail: farma.caic@santaritadopassaquatro.sp.gov.br

f) Somente no caso de o licitante vencedor ser estrangeiro: os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

g) Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da adjudicatária, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo **e, ainda**, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

h) Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

i) Somente no caso de empresas em consórcio: promover a constituição e o registro do consórcio, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, após declarado vencedor, nos termos do compromisso referido no item 11.18.8 do edital.

j) Declaração de atualização cadastral emitida via sistema “Cadastro Corporativo TCESP – CADTCESP” (<https://www.tce.sp.gov.br/#/>), referentes ao dados da pessoa que subscreveu o termo de ciência e notificação pela empresa contratada.

§ 4º. Os integrantes pelos atos praticados em consórcio, respondem solidariamente, na de execução do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se a esta Ata, e principalmente aos casos omissos, o disposto nas Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posteriores alterações, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decretos Municipais nº 3.313/23, 2.706/17 e em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
FORO

Será competente o foro da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de questões oriundas desta ATA.

E por estarem assim justas e DETENTORA DA ATA, as partes assinam esta ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

***** de ***** de 2025.

Marcelo Simão

54





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



Prefeito Municipal

P/ DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

1) Nome *****

RG *****

Assinatura *****

2) Nome *****

RG *****

Assinatura *****





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO III-A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante, ordem de classificação</i>)					
X	<i>Quantidade</i>	<i>Unidade</i>	<i>Descrição do Produto</i>	<i>Valor Unit.</i>	<i>Valor Total</i>	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante, ordem de classificação</i>)					
X	<i>Quantidade</i>	<i>Unidade</i>	<i>Descrição do Produto</i>	<i>Valor Unit.</i>	<i>Valor Total</i>	<i>Prazo garantia ou validade</i>





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO IV

**MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

MUNICIPALIDADE: _____

DETENTORA DA ATA: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: _____

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e suplementos alimentares da Padronização Municipal e Portaria 1.555 de 30 de julho de 2013 para atender a demanda das Farmácias Municipais, conforme especificações e quantidades constantes do edital do Pregão Eletrônico nº 041/2025.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela Detentora da Ata:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO V

TERMO DE INDICAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e suplementos alimentares da Padronização Municipal e Portaria 1.555 de 30 de julho de 2013 para atender a demanda das Farmácias Municipais, conforme especificações e quantidades constantes do edital do Pregão Eletrônico nº 041/2025.

Dados da Indicação:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: ____ . ____ . ____ - ____

Declaro que fui cientificado(a) expressamente da minha indicação para gestor de contrato e das respectivas atribuições da função, descritas no Decreto nº 11.246/2022 e Lei 14.133/2021. (IN 05/2014 ART. 41 §1º)

Assinatura: _____

FISCAIS DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: ____ . ____ . ____ - ____

Declaro que fui cientificado(a) expressamente da minha indicação para fiscal de contrato e das respectivas atribuições da função, descritas no Decreto nº 11.246/2022 e Lei 14.133/2021.. (IN 05/2014 ART. 41 §1º)

Assinatura: _____

Responsável pela indicação:

Declaro que a indicação do(s) servidor(es) considerou os seguintes requisitos: compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e sua capacidade para o desempenho das atividades, em conformidade com os artigos 21, 22, 23 e 24 do Decreto nº 11.246/2022, Art. 41. §2º da IN 05/2014 e Lei 14.133/21.

Santa Rita do Passa Quatro – SP, XX de XXXX de 2025

Responsável pela Indicação





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (razão social da empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual nº....., representada neste ato por seu(s) (qualificações) do(s) outorgante(s) Sr(a) , portadora da cédula de identidade RG nº..... e CPF nº....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (razão social da empresa) perante à Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro, no que se referir ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2025, PROCESSO Nº. 0083/2025, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive assinar DECLARAÇÕES, PROPOSTA DE PREÇOS E CONTRATOS, em nome da Outorgante, formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia/...../.....

***** , ***** de ***** de 2025.

Assinatura do representante legal

Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da Cédula de Identidade e CPF do Procurador.



ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO
CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.
PROCESSO Nº. 0083/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal ou por procurador, Sr., DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;

*****, ***** de ***** de 2025.

Assinatura do representante legal ou por procurador



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO
CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**
(Para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.
PROCESSO Nº. 0083/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal ou por procurador, Sr., DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado).

....., de de 2025.

Assinatura do representante legal ou por procurador





ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO
INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.
PROCESSO Nº. 0083/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal ou por procurador, Sr., DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que inexistem qualquer fato impeditivo à nossa participação na licitação, não fomos declarados inidôneos e não estamos impedidos ou suspensos de contratar com a Administração, e que nos comprometemos a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

....., de de 2025.

Assinatura do representante legal ou por procurador



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Local e data.

À

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro.
Rua Victor Meirelles, 89 – Centro.
13670-000 - Santa Rita do Passa Quatro – SP.

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0083/2025

Senhor Pregoeiro,

Nos termos do art. 63º, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a empresa abaixo relacionada, por seu representante legal indicado, declara, sob as penas da lei, que atende os requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 041/2025, PROCESSO Nº. 0083/2025, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e suplementos alimentares da Padronização Municipal e Portaria 1.555 de 30 de julho de 2013 para atender a demanda das Farmácias Municipais, em conformidade com as especificações e quantitativos constantes no edital e seus anexos.

EMPRESA: _____

CNPJ Nº: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

CARGO: _____

RG e CPF: _____

ASSINATURA: _____





ANEXO XI

**MODELO DE DECLARAÇÃO
QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.
PROCESSO Nº. 0083/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal ou por procurador, Sr., DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

....., de de 2025.

Assinatura do representante legal ou por procurador



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO XII

**MODELO DE DECLARAÇÃO
PROPOSTAS ECONÔMICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.
PROCESSO Nº. 0083/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal ou por procurador, Sr., DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

....., de de 2025.

Assinatura do representante legal ou por procurador



ANEXO XIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO
PARA O CASO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.
PROCESSO Nº. 0083/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal ou por procurador, Sr., DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que está ciente de que no momento da assinatura da ata de registro de preços deve apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo **e, ainda**, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

....., de de 2025.

Assinatura do representante legal ou por procurador



Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO XIV

**MODELO DE DECLARAÇÃO
PARA O CASO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.
PROCESSO Nº. 0083/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal ou por procurador, Sr., DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que está ciente de que no momento da assinatura da ata de registro de preços deve apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

*****, ***** de ***** de 2025.

Assinatura do representante legal ou por procurador





Prefeitura Municipal da Estância Climática de
Santa Rita do Passa Quatro – SP

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



ANEXO XV

**MODELO DE DECLARAÇÃO
PARA O CASO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.
PROCESSO Nº. 0083/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal ou por procurador, Sr., DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que os integrantes se responsabilizam solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

....., de de 2025.

Assinatura do representante legal ou por procurador

